

**Um intelectual na trincheira:  
O nacionalismo revisionista de José Honório Rodrigues.**

Paulo Alves Junior

As primeiras análises de José Honório Rodrigues que podem ser identificadas como contribuições ao pensamento social brasileiro remetem ao intento de compreender a obra de Capistrano de Abreu. Cabe evidenciar que tal esforço repercutiu na publicação de vários artigos<sup>1</sup>.

O historiador cearense nasceu em 1853, em Maranguape, no Ceará, e teve uma formação basicamente autodidata. Veio para o Rio de Janeiro e, em 1879, aos 26 anos, ingressou na Biblioteca Nacional em concurso público, passando a ter a oportunidade de conhecer as fontes diretas da História do Brasil. Nesse período, sua publicação estava concentrada na crítica literária, o que rapidamente perdeu espaço, a partir daquele momento, para os estudos históricos:

Ampliando seu conhecimento das fontes, lendo os grandes autores, estudando Geografia, História, Economia, Filosofia e Linguística. Desde então começou a almejar a cátedra de História do Brasil do Colégio Pedro II, o que só surgiu em 1883. Os anos na Biblioteca Nacional consolidaram o seu conhecimento histórico. (Rodrigues, 1982: 228).

O período da Biblioteca Nacional também lhe permitiu participar de um grande empreendimento bibliográfico: o Catálogo da Exposição de História do Brasil. Essa empreitada, juntamente com o jornalismo, foi de grande estima para o desenvolvimento intelectual do historiador cearense. Entre as obras de Capistrano de

---

<sup>1</sup> O número de obras referentes à produção de Capistrano de Abreu realizada por José Honório Rodrigues é extensa. Dentre elas citamos: “Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira”. In: *História e historiadores do Brasil*, São Paulo: Fulgor, 1965, pp. 43-53; “Capistrano de Abreu e a Alemanha”. In: *História e historiografia*, Petrópolis: Vozes, 1970, pp. 175-190; “Periodização da história do Brasil”. In: *Teoria da história do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, 125-144; “Um historiador caboclo e sua obra: Capistrano de Abreu”. In: *História combatente*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, pp. 226-232. Além dos vários prefácios das obras de Capistrano de Abreu: *Ensaios e estudos*, 1ª a 4ª séries, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1976; *Correspondência*, 1ª a 3º volumes, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1976, *Caminhos antigos e povoamento*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977 e *Capítulos de História Colonial*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1976.

Abreu, o necrológio publicado no *Jornal do Commercio*, por conta da morte de Francisco A. Varnhagen, em 1878, foi o que mais chamou a atenção de José Honório.

Porém, é devido à contribuição historiográfica de *Capítulos da História Colonial* no tocante às discussões sobre tradição histórica no Brasil que José Honório coloca Capistrano em um patamar de relevo entre os intelectuais nacionais. Para o historiador carioca é nessa obra que podemos apreciar seus aportes especiais à periodização, à crítica histórica e à pesquisa. Assim, realça a contribuição de Capistrano de Abreu enfatizando seu papel inovador na historiografia brasileira, tanto por seu estudo minucioso acerca do período colonial, quanto por incorporar, em sua análise, os setores subalternos.

Este homem que nunca certificou coisa senão de muita aprovada e por documentos que mereciam fé, nem recontou mais largo que devia, antepondo a simples verdade à formosa falsidade, teve a mais austera dúvida de republicar seus *Capítulos de História Colonial*, obra única, exemplar e modelar como síntese e composição, um livro que respondia às incertezas, satisfazia as dificuldades, colhia, informava, concluía e resumia o que de melhor se sabia de nossa formação colonial. Não é um livro que se compara; é um livro que se distingue na historiografia brasileira, escrito numa linguagem simples, branda, enxuta, onde havia doutrina que persuadia compreensão que se fazia perceber e novidade apertada, colhida na vastidão sem fim de suas pesquisas. Não acumulava só fatos, mas com sua intuição compreendia os homens e suas atividades, tornando vivo o recontamento. (Rodrigues, 1965: 43).

Quando pela primeira vez teve a ideia de escrever a respeito da história do Brasil, Capistrano ainda morava em Maranguape, onde teve contato com a produção de Buckle, que lhe empolgara de forma definitiva. O historiador cearense descreve da seguinte forma esse momento de sua formação intelectual em carta endereçada ao Barão do Rio Branco em 1890, nesta aponta explica que:

Dou-lhe uma grande notícia (para mim): estou resolvido a escrever a história do Brasil, não a que sonhei a muitos anos no Ceará, depois de ter lido Buckle, e no entusiasmo daquela leitura que fez época em minha vida, - uma história modesta, a grandes traços e largas malhas até 1807. Escrevo-a porque posso reunir muita coisa que está esparsa, e espero encadear melhor certos fatos, e chamar atenção para certos aspectos até agora menos prezados. Parece-me que

poderei dizer algumas coisas novas e pelo menos quebro os quadros de ferro de Varnhagem que, introduzidos por Macedo no Colégio de Pedro II, ainda hoje são a base de nosso ensino. As bandeiras, as minas, as estradas, a criação de gado pode dizer-se que ainda são desconhecidas, como, aliás, quase todo o século XVII, tirando-se as guerras espanholas e holandesas. (Abreu, 1976: 412).

Cabe lembrar que para seu ingresso como docente no Colégio D. Pedro II, Capistrano escreveu uma obra que virou marco na historiografia brasileira, isto é, *O Descobrimento do Brasil*. Portanto, antes da publicação dos “Capítulos” já conseguira resultado expressivo como autor de um pensamento social e historiográfico. Mesmo não tendo a contundência daquela obra de 1907, a tese para o ingresso na Cadeira de História do Brasil do Colégio D. Pedro II foi um marco para seu tempo. Com a obra a tentativa em procurar aspectos inovadores e, principalmente, que tivessem como característica a ruptura da prática em tratar a História como uma forma tradicional, ou seja, não ficar restrito a única possibilidade interpretativa. Outro aspecto, além do apuro em selecionar documentos históricos de relevância, visava ampliar o mote de leitura da sociedade brasileira. A tradição de Varnhagen sofre aqui uma inflexão, pois a tentativa é de identificar aspectos de “ruptura e não de continuidade.” (Rodrigues, 1999).

A respeito do concurso e da referida monografia, Honório tece os seguintes comentários:

Em 1883, quando Capistrano de Abreu era funcionário da Biblioteca Nacional e estava em divergência com o novo diretor, surgiu-lhe uma grande oportunidade, que ele decidiu aproveitar. Abriu-se o concurso para a vaga de professor de História do Brasil no Imperial Colégio Pedro II e Capistrano apresentou-se como candidato exatamente com o *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*. (...) Aprovado no concurso, a tese logo ganhou destaque, pois escrita em curto espaço de tempo era realmente algo de novo e inédito na historiografia brasileira. (Rodrigues, 1999: LXXXI).

Em carta de 20 de maio de 1924, endereçada a Paulo Prado, Capistrano de Abreu afirma, quanto à ideia de escrever os “Capítulos”, que: “Sabe que há hoje exatamente 50 anos tive a primeira idéia de escrever uma história do Brasil”. (Abreu, 1976: 11). Com o trabalho na Biblioteca Nacional, esse entusiasmo aumentou, pois lhe

propiciou o estudo dos Conselhos Ultramarinos e outros importantes documentos. Sua tarefa árdua valeu uma obra que supera a de Varnhagen e iniciou um marco na produção historiográfica brasileira. Em 7 de janeiro de 1907, *Capítulos de história colonial* já estava pronto. (Rodrigues, 1976).

Esta produção era única e pioneira, pois até então o que se valorizava eram as atitudes privadas e seu imediatismo quanto ao legado histórico, datas, mitos, heróis - homens que com sua bravura eram os responsáveis pela “história dos vitoriosos” (Rodrigues, 1970: 177). A partir de Capistrano, o povo “capado e sangrado”<sup>2</sup>, que sempre foi hostilizado, ganha espaço na historiografia. Isso revela a atualidade de seus textos, haja vista que demonstrava clareza no domínio dos fatos, poder de articulação e generalização, bem como sagacidade ao abordar as novas questões impostas por seu tempo apenas para evitar a rima entre a atualidade, sagacidade e realidade. Enfim, tínhamos um pensamento lúcido e progressista.

Afirma José Honório Rodrigues:

Não estudou capitães, governadores, vice-reis, como ensinou a seu único discípulo particular Afonso d’E.Taunay, insistindo para que estudasse a sociedade, a economia, via claro que não é biografia, e que não se deve personalizar a história, mas estudar as forças impessoais, sociais e econômicas, políticas. (...) A valorização do estudo do sertão, do Brasil interno, da internação da História do Brasil, tem o efeito de contrapor à internalização da nossa historiografia pelos brasilianistas. Ao preferir a *História do Brasil* de Frei Vicente de Salvador à *História da América Portuguesa* de Sebastião da Rocha Pitta, ele dava outra lição, não somente nacionalista, mas, sobretudo de crítica, pois a segunda é a sociedade, é a gente, é a economia. (Rodrigues, 1982: 231).

O nacionalismo de Capistrano de Abreu é realçado por José Honório como fonte de proposição crítica frente ao legado que a produção historiográfica havia nos deixado até então, além disso, o historiador carioca, no legado do historiador carioca que esse via o país como uma sociedade de classes, condicionada, destarte, por relações de poder de classe, independentemente da particularidade que essa dominação tomava (econômica, racial, política, etc.).

---

<sup>2</sup> Na correspondência de Capistrano de Abreu, uma das cartas mais expressivas é aquela em que destaca a condição do povo brasileiro oprimido ao longo de sua existência e a falta de preocupação das lideranças políticas em relação a esse povo. (Abreu, 1976: 211).

Uma sociedade que não se sentia culpada com os crimes que cometeu e comete nesta disparatada desproporção entre o esbanjamento e a miséria. O solo foi encharcado de sangue com as matanças de índios, as repressões às revoltas negras, e as rebeldias da gente mais humilde e modesta do Brasil. Foi por lê-lo várias vezes que senti que a História do Brasil não era cordial, era cruel e cruenta, e que nunca nenhuma Revolução foi vitoriosa, mas só as Contra-Revoluções, ao contrário das grandes potências mundiais, na variedade de seu predomínio. A morbidade da classe dominante, sua tradição de irresponsabilidade para com a comunidade, e a falta de solidariedade social, a chaga da escravidão transparecem nos seus *Capítulos de História Colonial*. (Rodrigues, 1982: 231).

Parece-nos que a força da obra de Capistrano, segundo José Honório Rodrigues, se deve à tradição do pensamento nacionalista, que foi, aliás, a base de preocupação do historiador cearense. Assim, segundo palavras do próprio autor de *História da História do Brasil*, a tendência era não qualificar o processo histórico no país como mera relação cordial; “... que a História do Brasil não era cordial, era cruel e cruenta” e de levar adiante uma crítica à sociedade brasileira e a suas inadequações quanto à tradição do “liberalismo político antipovo”, que ao nosso entendimento, acabou sendo externado no legado tanto de Capistrano como de José Honório Rodrigues.

É interessante notar que a recuperação que José Honório faz da produção de Capistrano é resultado de suas preocupações a partir dos anos de 1950, quando a discussão acerca do nacionalismo ganha maior espaço em sua obra. O ambiente de reflexão e diálogo do autor de *Conciliação e reforma no Brasil*, naqueles anos, faz com que sua vinculação intelectual seja refratária a conceituações que não estejam amarradas à tradição liberal mais próxima dos interesses do povo.

Assim, o resgate da obra de Capistrano se insere num contexto em que as preocupações políticas e sociais vinham delineando e influenciando, de forma decisiva, o percurso intelectual de José Honório Rodrigues. De qualquer forma, coube ao jovem de 25 anos, no ano de 1878, realizar uma mudança expressiva na forma de escrever a História do Brasil. No necrológio de Varnhagen, publicado no *Jornal do Commercio* em 20 de dezembro de 1878, Capistrano destacava a obra do pai da historiografia brasileira

apontando a mudança de foco, deixando de lado os reis, governadores, capitães-mores, e ressaltando as formas de dominação dos portugueses sobre os nativos, o aumento da população, as descobertas das minas.

Para José Honório a tradição conservadora, que tem em Francisco Adolpho Varnhagen um dos primeiros expoentes, é aperfeiçoada por Capistrano de Abreu, o primeiro a apontar as dificuldades para que a unidade fosse mantida na sociedade brasileira. Em passagem *Capítulos de História Colonial*, argumenta que:

A desafeição entre as três raças e respectivos mestiços lavrava dentro de cada raça. O negro ladino e crioulo olhava com desprezo o parceiro boçal, alheio à língua dos senhores. O índio catequizado, reduzido e vestido, e o índio selvagem ainda e livre e nu, mesmo quando pertencentes a mesma tribo, deviam sentir-se profundamente separados. O português vindo da terra, o reinol, julgava-se muito superior aos portugueses nascido nestas paragens alongadas e e bárbaras; o português nascido no Brasil, o mazombo, sentia e reconhecia sua inferioridade. (...) Em suma, dominavam forças dissolventes, centrífugas, no organismo social; apenas se percebiam as diferenças; não havia consciência de unidade, mas de multiplicidade. Só muito devagar foi cedendo esta dispersão geral, pelos meados do século XVII. Reinóis e mazombos, negros boçais e negros ladinos, mamelucos, mulatos, caboclos, caribocas, todas as denominações, enfim, sentiram-se mais próximos uns de outros, apesar de todas as diferenças flagrantes e irredutíveis, do que do invasor holandês: daí uma guerra começada em 1624 e levada ao fim, sem desfalecimentos, durante trinta anos. (Abreu, 1976: 70).

Esses elementos conflitantes, oriundos de condições históricas e sociais diferenciadas, foram os responsáveis pela criação de uma ordem social típica. Tamanha divergência resultou em um Estado que manteve a unidade territorial sempre defendida como “legítima aspiração nacional”, ainda que uma de suas maiores dificuldades tenha sido fazer a ordem liberal democrática triunfar.

A base epistemológica de Capistrano, colidindo com a tradição imperante no país, estavam pautadas pelo germanismo. Assim, o contato com os autores alemães possibilitou-lhe uma crítica ao positivismo, aproximando-o mais de uma orientação geográfica, com estudos que ampliam o referencial teórico e prático. “As traduções de Wappoeus e Sellin junto às leituras de Ratzel, Peschel e Maull mostram a decisiva

orientação geográfica e encaminham seu espírito para quadros teórico-práticos mais concretos que não reduzem o conhecimento histórico ao conhecimento da ciência natural” (Rodrigues, 1970: 178). Com relação à historiografia, foi nos métodos de seminário de Ranke<sup>3</sup> e na antropogeografia de Ratzel<sup>4</sup> que buscou os elementos de investigação e interpretação dos fatos.

Com essa leitura, José Honório Rodrigues eleva Capistrano de Abreu à condição de historiador que modernizou a historiografia e contribuiu para que a história ocupasse um lugar de primazia em relação aos modos de identificar os destinos do povo (muitas vezes conturbados e com pouco destaque). Tratava-se de formas de interpretação que, até o surgimento de Varnhagen, não se encontravam de forma organizada e sistemática na historiografia do país.

Não será exagero dizer que Capistrano de Abreu soube elevar-se realmente com uma altura ainda não atingida por nenhum historiador brasileiro. Ele anota a deficiência fundamental de Varnhagen, sua falta de percepção filosófica. É ao notar essas grandes cesuras, ao caracterizá-las e ligá-las, que ele mostra o elemento propriamente filosófico da história do Brasil e demonstra sua penetrante capacidade teórica, que o distingue de qualquer pedante, de qualquer rato ou burocrata da história para elevá-lo ao nível de um verdadeiro historiador. Os grandes grupos concentrados distinguem-se nitidamente. Mas não é só nos fundamentos sócio-econômicos ou nos subfundamentos naturais e antropológicos que ele vai buscar a particularidade histórico-social de um período. É também nos fins, nas regras de vida, nos sentimentos e idéias de cada círculo que ele busca as fronteiras de suas épocas. Fundamentos econômicos e psicológicos ligados tão estreitamente, entrevistados em conjunto, mostram a profundidade das revelações de Capistrano de Abreu. (Rodrigues, 1978: 136).

---

<sup>3</sup> Nascido na Prússia em 1795, morreu em 1886 em Berlim, num ambiente tipicamente luterano. Leopold Von Ranke foi um dos precursores do chamado historicismo. Para maiores detalhes do historicismo representado por Ranke, ver: Holanda, Sérgio Buarque. “Introdução: O atual e o inatural em L. Von Ranke”. In: *Ranke*, São Paulo: Ática, 1979.

<sup>4</sup> O geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904) deixou um legado que representou um papel fundamental no processo de sistematização da geografia moderna. Sua obra contém a primeira proposta sistemática de discussão dos problemas humanos. Foi de sua autoria a formulação de uma geografia do homem, sendo considerado o inaugurador da antropogeografia.

Capistrano de Abreu procura compreender o movimento que a sociedade segue com o intuito de ampliar sua concepção histórica. Ficar restrito a ideia de “mão única”, ou seja, de que somente os “grandes proprietários teriam voz”, portanto, não é sua preocupação. Há, por parte de José Honório, um esforço em analisar o pensamento de Capistrano pertencendo a uma família de interpretação, no caso, herdeiro de um grupo capaz de explicar a trajetória de formação do pensamento historiográfico brasileiro. Sintomático disso é que o historiador cearense, marcado por uma base historiográfica que fora criada por Francisco Adolpho Varnhagen<sup>5</sup>, nesse sentido. José Honório explica que:

Do ponto de vista da periodização em *Capítulos da História Colonial*, distribuiu mais a matéria do que periodizou. Ainda assim, a divisão em onze capítulos caracterizava muito bem cada período, que constituía um conjunto bem delimitado e configurado, distinguindo-se claramente não pelo título, mas pela substância o capítulo que precedia do que sucedia. É claro que ao adotar tal divisão Capistrano não obedeceu ao intuito de periodizar, já que não lhe seria difícil seguir neste livro a distinção feita em 1882 de seis períodos perfeitamente delineados. (...) Ao próprio Capistrano não passariam despercebidas a inexpressividade de certos rótulos e a falta de uniformidade dos fundamentos divisórios. Na caracterização dos onze capítulos, alguns obedecem a critérios exclusivamente político-administrativos, outros juízos geográficos, outros a históricos. Esta crítica tem que levar em conta, em primeiro lugar, a quase impossibilidade, nessa época (1906-1907), de se obedecer exclusivamente a um critério uniforme de classificação; em segundo lugar, esta crítica atinge mais os títulos que aos períodos, que se sucedem cronologicamente, embora não inteiramente censurados pelos fundamentos sócio-econômicos ou pelos

---

<sup>5</sup> O professor Arno Wehling explica que: “As interpretações de Varnhagen fundamentavam-se quase sempre em “descobertas”, ou seja, em filões documentais ignorados ou esquecidos por seus predecessores. O “preconceito do inédito”, extremamente forte na historiografia historicista, supunha a intimidade com as fontes arquivísticas, entendida como indício seguro para a informação correta e o alcance da verdade histórica; subjacente a este preconceito encontrava-se o suposto idealista de uma realidade preexistente imutável, aguardando sua correta identificação pelo sujeito. A afirmação da cientificidade da história num contexto intelectual de conhecimentos com fronteiras cada vez mais bem definidas passava, assim, obrigatoriamente, pelo estabelecimento de um corpus documental, a partir do qual seria construído o conhecimento histórico, uma vez que todas as demais opções eram apenas aproximações imperfeitas deste nómeno fenomênico que a documentação revelava. (...) As revelações de Varnhagen foram muitas e têm sido resgatadas desde Silvio Romero e *Capistrano de Abreu* até Clado Ribeiro Lessa e Wilson Martins, Américo Jacobina Lacombe e *José Honório Rodrigues*”. (Wehling, 1999: 153) (Grifos nosso)

fundamentos naturais e antropológicos que distinguem a categoria histórica de um período. (Rodrigues, 1976: XXXIII).

O argumento, nesse caso, é de uma possível ingenuidade na análise, pois esta estaria limitada em sua ênfase e análise metodológica<sup>6</sup>. O que teria maior repercussão seria o “estilo retórico” (Carvalho: 1999:127). Para o caso de Capistrano, a particularidade da análise parece de outra monta. Em capítulo explicativo de sua obra, o VIIIº “Guerras flamengas”, temos a seguinte argumentação:

As relações entre Portugal e Flandres, iniciadas desde a Idade Média, continuaram ainda depois de descoberto o caminho marítimo das Índias e achado e colonizado o Brasil. Iam os flamengos a Lisboa adquirir as drogas e os gêneros exóticos, apenas desembarcados, e retalhavam-nos pela vasta clientela do Norte e Ocidente da Europa, poupando canseiras e garantindo lucros imediatos aos portugueses; estes, além do dinheiro de contado, proviam-se graças aos seus fiéis fregueses, de cereais, peixe, salgado, objetos de metal, aparelhos náuticos, fazendo finais. Modificou-se esta situação vantajosa para ambas as partes quando a monarquia espanhola abarcou a península inteira e os inimigos de Castela passaram a ser os de Portugal. Em 1585, Felipe II mandou confiscar os navios flamengos ancorados em seus portos, aprisionando-lhes as tripulações. O mesmo se fez em 90, 95 e 99. (Abreu, 1976: 74).

Temos nessa passagem outra inovação de Capistrano de Abreu, pois a historiografia brasileira até então não abordava esse período de nossa história sem mostrar o quanto aquele contexto havia sido nefasto para o Estado português. Essa peculiaridade de inovação também aparece no capítulo IX, “O sertão”, no qual se encontra o seguinte comentário:

A invasão flamenga constitui mero episódio da ocupação da costa. Deixa-a na sobra a todos os respeitos o povoamento do sertão, iniciado em épocas diversas, de pontos apartados, até formar-se uma corrente interior, mais volumosa e mais fertilizante que o tênue fio litorâneo. (...) Podemos começar pela capitânia de São Vicente. O estabelecimento de Piratininga, desde a era de 1530, na borda do campo, significa uma vitória ganha sem combate sobre a mata, que se

---

<sup>6</sup> Os argumentos seguem as assertivas de José Murilo de Carvalho, “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura” In: *Topoi*, Rio de Janeiro: 1999.

reclamou alhures o esforço de várias gerações. Deste avanço procede ao desenvolvimento peculiar de São Paulo. O Tietê corria perto; bastava seguir-lhe o curso para alcançar a bacia do Prata. Transpunha-se uma garganta fácil e encontrava-se o Paraíba, encaixado entre a serra do Mar e a Mantiqueira, apontando o caminho do Norte. Para o Sul estendiam-se vastos descampados, interrompidos por capões e até manchas de florestas, consideráveis às vezes, mas incapazes de sustentarem o movimento expansivo por sua descontinuidade. A Este apenas uma vereda quase intransitável levava à beira-mar, vereda fácil de obstruir, obstruída mais de uma vez, tornando a população sertaneja independente das autoridades da marinha, pois um punhado de homens bastava para arrostar um exército, e abrir novas picadas, domando as asperezas da serra, rompendo as massas da vegetação, arrostando hostilidade dos habitantes, pediria esforços quase sobre-humanos. (Abreu, 1976: 99).

Tal capítulo discorre sobre a formação territorial mais ampla do país, destacando o papel das Bandeiras nessa tarefa, ou seja, sua responsabilidade em escravizar os indígenas para a manutenção da lógica escravocrata do sistema mercantil português<sup>7</sup>. A descrição de Capistrano visa a explicar como o sertão brasileiro foi constituído a partir da iniciativa dos bandeirantes em “conhecer o sertão até então desconhecido” (Abreu: 1976).

A tradição da forma analítica de Capistrano de Abreu não é explicitada por José Honório Rodrigues. O vínculo que a historiografia instituída pelo historiador cearense coloca em prática é calcado no princípio da neutralidade axiológica típica dos positivistas. A historiografia positivista, que o próprio José Honório Rodrigues discute,<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> A definição é do próprio Capistrano Abreu “Bandeiras eram partidas de homens empregados em prender e escravizar o gentio indígena. O nome provém talvez do costume tupiniquim, referido por Anchieta, de levantar-se numa bandeira em sinal de guerra. Dirigia a expedição um chefe supremo, com os mais amplos poderes, senhor da vida e morte de seus subordinados. Abaixo dele com certa graduação marchavam pessoas que concorriam para as despesas ou davam gente”. (Abreu, 1976: 99).

<sup>8</sup> José Honório, em *História genética ou científica*. In: *Teoria da história do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, afirma: “A figura dominante e mais alta personalidade do renascimento dos estudos históricos alemães é Leopold Ranke, cuja compreensão do mundo histórico o torna o maior historiador do mundo moderno. Ranke afirmou, na Europa, a supremacia da erudição alemã e jamais alguém se aproximou tanto quanto ele do verdadeiro historiador. Os serviços que prestou à história podem assim ser resumidos: dissociou o estudo do passado das paixões do presente e pretendeu narrar a história como na realidade foi. Estabeleceu a necessidade de basear-se a construção histórica em fontes estritamente contemporâneas. Lançou os fundamentos da crítica histórica no seu primeiro livro, a *História dos povos românicos e teutônicos*, que lhe deu reputação internacional. (...) Como legado dessa obra os historiadores do século XIX com o método filológico

é a base central das argumentações de Capistrano, que como herdeiro de Varnhagen e leitor de Ranke e Buckle, encontrou nesses autores a “chave heurística” de discussões para sua História do Brasil. É importante destacar que devido ao espaço adquirido pela historiografia francesa e a sua forma de repudiar a “neutralidade axiológica” positivista, não encontramos hoje espaço para que Capistrano tenha condições de ser um historiador que faça escola. Se for exagero considerar José Honório Rodrigues como herdeiro da tradição positivista de Capistrano, podemos ao menos dizer que ele resgata esse historiador para fazer valer seus interesses de discussão de uma vertente nacionalista da História, já que é nos escritos do autor de *Capítulos da História Colonial* que melhor se encontra um comprometimento com a História como prática metodológica de força para compreensão da sociedade brasileira.

A profusão do positivismo nas obras de Capistrano nos parece uma limitação do seu legado, ainda que se considere a sua inquestionável importância quanto à utilização de documentos para descortinar momentos significativos da História do Brasil e sua postura em favor de um maior resgate de agentes históricos até então deixados em segundo plano pela historiografia do XIX.

Cabe lembrar que mesmo o positivismo tem início com um ideário associado aos interesses da burguesia antiabsolutista da transição do século XVIII para o XIX. Nesse caso, os teóricos de maior vulto são Condorcet e Saint-Simon, porém será com a figura de Auguste Comte que o positivismo ganha seu caráter conservador dos princípios de defesa da ordem estabelecida<sup>9</sup>. É com esse pensador do período

---

da crítica das fontes e a ampla utilização das disciplinas auxiliares sabiam como fazer seu trabalho, segundo seus próprios meios, e não corriam mais o risco de pretender assimilar o método histórico ao natural. As seduções e imposições vindas pouco depois de Augusto Comte e do evolucionismo encontrariam a indiferença dos historiadores competentes, de posse de um método seguro e apurado. Ranke enriqueceu a consciência histórica, elevando-a uma etapa mais alta do que a conhecida até então. A influência do positivismo de Comte rompia toda a evolução do pensamento histórico, reduzido à descoberta e colheita dos fatos, sobre os quais o sociólogo, como um super-historiador, cientificamente estabelecia as relações de causa efeito e formulava as leis gerais do desenvolvimento humano. O mundo histórico era esquematizado com idéias gerais empiricamente fundamentadas e só causal e geneticamente podia ser compreendido. Uma das leis fundamentais é a dos três estados.” (Rodrigues, 1978: 392).

<sup>9</sup> Michel Lowy expõe que: “(...) O positivismo moderno nasceu como legítimo descendente da filosofia do Iluminismo. De todos os Enciclopedistas, é, sem dúvida, Condorcet quem contribuiu da maneira mais direta e imediata na gênese da nova corrente. Próximo dos fisiocratas e dos clássicos ingleses, Condorcet pensa que a economia política pode estar submetida a “precisão do cálculo” e ao método das ciências da natureza. Mas não se limita aos fatos econômicos e passa a generalizar esta démarche: o conjunto dos fenômenos sociais está submetido “as leis gerais, necessárias e constantes” parecidas com as que regem as operações de natureza. Daí, a idéia de uma ciência natural da sociedade ou de

contra-revolucionário, surgido com o advento da restauração Bourbon e do avanço liberal na França de 1830, que teremos o cenário típico do pensamento contrário ao socialismo utópico de Condorcet e Saint Simon (Lowy, 2003: 23).

Com Comte teremos a instituição de uma “física social”<sup>10</sup> desprovida de valores que possam interpretar a sociedade com ideias negativas – iluminismo, socialismo, anarquismo, entre outras. A neutralidade seria o princípio fundamental para a defesa da ordem social vigente. Nesse sentido, os fenômenos sociais seriam considerados, para efeito de seu estudo, como os fenômenos astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos, ou seja, sujeitos às leis naturais invariáveis, cuja descoberta é o objetivo específico de suas pesquisas.

A recuperação da obra de Capistrano de Abreu por José Honório não leva em consideração a peculiaridade positivista da produção intelectual do historiador cearense. O objetivo é evidenciar um autor que discute em suas obras, de forma sistemática, a integração do povo como partícipe da História do Brasil, procurando uma ruptura com a produção intelectual até então atuante, o historiador cearense inova em oferecer uma contribuição na possibilidade de identificação de valores sociais associado a uma leitura da realidade brasileira e da participação do povo na construção da História do país.

---

uma “matemática social” baseada no cálculo das probabilidades. O estudo dos fatos sociais foi, por muito tempo, “abandonado ao acaso, à avidez dos governos, à astúcia dos charlatães, aos preconceitos ou aos interesses de todas as classes poderosas”; aplicando o novo método à moral, à política e à economia pública, pode-se “seguir nas ciências um caminho quase tão seguro quanto o das ciências naturais”. Aliás, as ciências da sociedade procuram incessantemente aproximar-se deste “caminho das ciências físicas que o interesse e as paixões não vem perturbar. (...) Discípulo de Condorcet, Saint Simon vê no grande Enciclopedista o pensador ao qual a “ciência do homem deve seu último passo importante”. Esta ciência do homem, apresentada como um ramo ora da física, ora da fisiologia, deve-se tornar positiva, quer dizer, utilizar os métodos das ciências naturais, “pois não existe fenômeno que não possa ser observado do ponto de vista da física dos corpos brutos ou do ponto de vista da física dos corpos organizados, que é a fisiologia.” A própria política “tornar-se-á uma ciência positiva quando os que cultivam este importante ramo dos conhecimentos humanos aprenderem a fisiologia e quando eles não mais considerarem os problemas a resolver apenas como questões de higiene.” (Lowy, 2003: 25).

<sup>10</sup> Segundo Auguste Comte: “Entendo por *Física Social* a ciência que tem por objetivo próprio o estudo dos fenômenos sociais, considerados com o mesmo espírito que os fenômenos astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos, isto é, como submetidos às leis naturais invariáveis, cuja descoberta é o objetivo especial de suas pesquisas. Propõe-se, assim, explicar diretamente, com a maior precisão possível, o grande fenômeno do desenvolvimento da espécie humana, considerado em todas as suas partes essenciais; isto é, a descobrir o encadeamento necessário de transformações sucessivas pelo qual o gênero humano, partindo de um estado apenas superior das sociedades dos grandes macacos, foi conduzido gradualmente ao ponto em que se encontra hoje na Europa civilizada.” (Comte, 1978: 53).

O objeto de estudo de Capistrano é, nesse sentido, uma inovação se comparado a tradição em que se insere, porém, o mesmo não podemos afirmar a respeito do seu método de exposição. Suas limitações quanto a esse aspecto nos parecem bem específicas e claras. Ganham maior peculiaridade, nesse caso, suas preocupações quanto ao que é necessário evidenciar no estudo histórico, o que aponta para o interesse de um resgate do nacionalismo por parte de José Honório Rodrigues. O ideário nacionalista de Honório é o princípio que o leva ao resgate sistemático do legado de Capistrano, pois em sua obra a preocupação de escrever a História do Brasil o levou a destacar setores da sociedade que até então não eram levados em consideração.

A problemática central dessa aproximação, ou seja, Capistrano de Abreu pela lente crítica e nacionalista de Honório proporcionou que o primeiro ganhasse uma reedição da sua obra – que veio a público em 1976 – como uma interpretação do Brasil diferenciada daquelas até então realizadas. Entretanto, o que acreditamos ser o núcleo dessa aproximação é o quanto o historiador cearense preocupou-se em destacar a forma como o “povo” fora explorado e não recebeu nenhum tipo de auxílio por parte da elite dirigente. A condução da política realizada por parte dessa elite não amenizou a condição histórica do povo que, segundo a formulação emblemática de Capistrano, fora “... tantas vezes capado e sangrado”.

José Honório Rodrigues realça esse aspecto da produção de Capistrano e o vincula à concepção radical de intérprete da sociedade. Assim, identifica no historiador cearense a preocupação em apontar os limites da sociedade brasileira, constituída para contemplar os interesses da Metrópole. A interpretação de Honório da realidade do país, considerada próxima ao “liberalismo democrático”, vislumbra aqui um caminho possível de concepção social que atenderia aos seus anseios intelectuais de concretização de um liberalismo político integrador e sem preconceitos com o povo “capado e sangrado”